



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CONTRATO Nº 054/2020

REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2020

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PIÊN/
PR E MAW COMÉRCIO MÓVEIS E
EQUIPAMENTOS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. JOÃO OSMAR MENDES**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 3.270.822 SESP/SC e inscrito no CPF sob nº 857.823.869-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **MAW COMÉRCIO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.655.819/0001-80, Inscrição Estadual nº 90737812-88, estabelecida a Rua Angelina Legat Pasini, nº 93, Bairro Alto Boqueirão, em Curitiba/PR, CEP 81770-330, fone (41) 3029-2501, e-mail licitacao@nilmarmoveis.com.br, neste ato representado pelo Sr. **MÁRCIO ANDRÉ WOLLNER**, inscrita no CPF sob nº 748.595.799-68, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos termos da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e bem como a na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006, de acordo com as normas constantes no Edital de Licitação, modalidade Pregão nº 097/2020 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 55, I, Lei 8.666/93).

Cláusula Primeira: Aquisição de móveis para consultório odontológicos para as Unidades Básicas de Saúde de Trigolândia e do Centro, conforme especificações e quantidades estimadas abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDI-DA	QTDE	PREÇO MÁXI-MO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
------	------	-----------	--------------------	------	------------------------	--------------------



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

1	1	<u>Armário para sala de RX da UBS Central</u> - medindo cada um 88 cm de altura x 90 cm largura x 55 cm profundidade, confeccionado todo em MDF branco 18 mm, superfície lisa, lavável não porosa. Com 01 (uma) prateleira central com suporte mínimo para 40 kg, com portas abri-fecha e dobradiças com amortecedor. Material 100% MDF e fundo antimoho. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	2	R\$ 350,10	R\$ 700,20
	2	<u>Armário para sala de RX da UBS Central</u> - medindo cada um 88 cm de altura x 81 cm largura x 55 cm profundidade, confeccionado todo em MDF branco 18 mm, superfície lisa, lavável não porosa. Com 01 (uma) prateleira central com suporte mínimo para 40 kg, com portas abri-fecha e dobradiças com amortecedor. Material 100% MDF e fundo antimoho. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	1	R\$ 345,20	R\$ 345,20
	3	<u>Armário para sala consultório odontológico da UBS Central</u> - medindo cada um 88 cm altura x 100 cm largura x 55 cm de profundidade. Móveis confeccionado todo em MDF branco 18 mm, superfície lisa, lavável não porosa. Com 01 (uma) prateleira central suporte mínimo para 40 kgs, com portas abri-fecha e dobradiças todas com amortecedor. Material 100% MDF e fundo antimoho. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	3	R\$ 493,00	R\$ 1.481,10
	4	<u>Armário para sala consultório odontológico da UBS Central</u> - medindo cada um 90 cm altura x 110 cm largura x 60 cm de profundidade, confeccionado todo em MDF branco 18 mm, superfície lisa, lavável não porosa. Com 01 (uma) prateleira central suporte mínimo para 40 kgs, com portas abri-fecha e dobradiças todas com amortecedor. Material 100% MDF e fundo antimoho. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	1	R\$ 494,00	R\$ 494,00



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

5	Armário auxiliar com rodízios para sala consultório odontológico da UBS Central: medindo 80 cm altura x 50 cm largura x 55 cm profundidade, com 4 gavetas com 20 cm de altura e 55 cm de profundidade, com 4 rodinhas acopladas para fácil locomoção, confeccionado todo em MDF branco 18 mm, superfície lisa, lavável não porosa. Gavetas com correções telescópicas. Material 100% MDF e fundo antimoho. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	1	R\$ 748,00	R\$ 748,00
6	Armário para sala de RX da UBS Trigolândia - medindo cada um 90 cm altura x 100 cm largura x 56 cm de profundidade, confeccionado todo em MDF 18 mm, na cor branca, superfície lisa, lavável e não porosa, com dobradiças todas com amortecedor e fundo antimoho, com 02 portas abre-fecha com 50 cm cada e 1 prateleira horizontal interna centralizada dividindo, prateleira com capacidade mínima 40 kg. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	2	R\$ 361,00	R\$ 723,00
7	Armário para sala de RX da UBS Trigolândia - medindo cada um 90 cm altura x 60 cm largura x 56 cm de profundidade, confeccionado todo em MDF 18 mm, na cor branca, superfície lisa, lavável e não porosa, com dobradiças todas com amortecedor e fundo antimoho, com 02 portas abre-fecha com 30 cm cada e 1 prateleira horizontal interna centralizada dividindo, prateleira com capacidade mínima 40 kg. Material de primeira linha. Garantia de 12 meses.	unidade	1	R\$ 361,60	R\$ 361,60
8	Mesa para escritório em formato L: comprimento 1,20 m x 1,20m x 80 cm altura, com 3 gavetas sendo: 1 gaveta com de 40 cm de altura, 35 de largura e 2 gavetas com 20 de altura, 35 cm de largura do lado direito da parte frontal da mesa, com suporte mínimo de 3kgs. Cor : branca. Correções telescópicas. Puxadores em alumínio Material 100% MDF. Garantia de 12 meses.	unidade	1	R\$ 496,70	R\$ 496,70
TOTAL DO LOTE 01					R\$ 5.350,00



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (Art. 55, II, Lei 8.666/93).

Cláusula Segunda: O CONTRATADO deverá realizar a entrega no produtos na Unidade Básica de Saúde Central e de Trigolândia

Cláusula Terceira: O prazo para entrega dos itens será em até 10 (dez) dias úteis a contar da emissão da Nota de Empenho.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 55, III, Lei 8.666/93).

Cláusula Quarta: O valor total do presente contrato é de R\$ 5.350,00, (cinco mil trezentos e cinquenta reais) cujo pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante.

Parágrafo Primeiro: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo: O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

Parágrafo Terceiro: A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto a secretaria, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento (conforme art. 40, XIV, "c" Lei Federal 8.666/1993).

Parágrafo Quinto: O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não será reajustado, conforme Leis nº 8.880/94 e 9.069/95.

DOS PRAZOS DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO (Art. 55, IV, Lei 8.666/93).

Cláusula Quinta: O período de contratação inicia-se na publicação do presente contrato, encerrando-se em 31/12/2020, podendo ser prorrogado nas hipóteses do artigo 57 da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 55, V, Lei 8.666/93).

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código nº:

SECRETARIA DE SAÚDE

Dotações: 11.001.10.301.0014.2030-4490524200

Conta: 3362

Parágrafo Único: RECURSO: Os recursos são oriundos da Portaria nº 3034 de novembro de 2019.

DA GARANTIA PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO (Art. 55, VI, Lei 8.666/93).

Cláusula Sétima: Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste objeto.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constituem obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar o objeto deste contrato no prazo estabelecido na Cláusula Terceira deste contrato, caso a entrega não seja realizada dentro do prazo previsto, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato.
2. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os produtos, bem como eventual custo de seu frete na entrega.
3. Substituir o objeto deste contrato em desacordo com a proposta ou que porventura seja(m) entregue(s) com defeitos ou imperfeições em até 10 (dez) dias corridos sem ônus para a CONTRATANTE.
4. Fica obrigada a manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
5. Arcar com todas as despesas e providências que se fizerem necessárias, visando o fornecimento do Trailer "CASTRAMÓVEL", sendo eles: emplacamento, e se a contratada for de outro Estado as taxas de transferências; tributos pertinentes a aquisição; transporte do Trailer "CASTRAMÓVEL" até o contratante serão de exclusiva responsabilidade das empresas licitantes, não cabendo à Prefeitura Municipal de Piên quaisquer ônus.

Cláusula Nona: São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Expedir Nota de Empenho.



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

- b) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa realização do objeto deste contrato.
- c) Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no contrato.
- d) Caso necessário, aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

DAS PENALIDADES E DO VALOR DA MULTA (Art. 55, VII, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima: Pela inexecução total ou parcial dos compromissos firmados na presente licitação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao detentor da Ata as sanções previstas nos art. 86 e 87 da lei 8.666/93, e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, conforme segue:

1. ADVERTÊNCIA: Aplicável no caso de descumprimento de obrigação contratual de menor gravidade, que não traga prejuízos econômicos e funcionais para a Secretaria requisitante.

2. MULTA

a) Pelo atraso injustificado na entrega dos itens, o fornecedor ficará sujeito à penalidade de **multa de mora**, a partir do 1º dia útil posterior ao vencimento do prazo devido, a ser calculada pela seguinte equação:

$$M=V.F.N$$

Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à parcela em atraso

F=fator percentual correspondente a 0,33% por dia de atraso

N=período de atraso em dias corridos

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total dcontratos, a critério da Administração Municipal de Piên, que avaliará a gravidade da falta cometida e os prejuízos sofridos pela Administração, nos seguintes casos, entre outros:

- b.1) reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- b.2) quando houver atraso injustificado na entrega dos itens por prazo superior ao dobro do originalmente concedido ou que impossibilite o atendimento de prazos máximos a que se sujeite a Secretaria requisitante;
- b.3) descumprimento ou cumprimento irregular das condições estabelecidas neste edital, envolvendo especificações, prazos, garantia, entre outros;
- b.4) interrupção na entrega dos itens sem justa causa e prévia comunicação à Administração;



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

- b.5) a subcontratação total ou parcial do seu objeto não autorizada pela Administração;
- b.6) desatendimento injustificado das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato;
- b.7) cometimento reiterado de faltas na vigência do contrato
- b.8) recusa injustificada do adjudicatário em aceitar e assinar contratos dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a válida convocação, ou pelo cancelamento não amigável dcontratos por iniciativa do contratado.

3. **SUSPENSÃO:** Para o contratado que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, aplicar-se-á suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Piên, pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor.

4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** No caso de o licitante agir de má fé ou fraudulentamente, configurando ilícito penal e, no caso de inexecução dolosa dcontratos/contrato que, será declarada a inidoneidade do licitante ou contratado para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra. O valor da multa aplicada será descontado dos créditos devidos ao Contratado. Caso o valor da multa seja superior aos créditos referidos neste item, será cobrada administrativamente pela municipalidade, ou ainda judicialmente.

Parágrafo Segundo: Às multas e sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: Independentemente da aplicação das penalidades indicadas na Cláusula Décima, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

Parágrafo Quarto: A inadimplência total ou parcial do contrato, poderá ensejar, além da aplicação das penalidades descritas na Cláusula Décima, a rescisão contratual, constituindo motivo para tanto as hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02. Fica reconhecido o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa.

Parágrafo Quinto: Poderão ser aplicadas, cumulativamente, as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar.

Parágrafo Sexto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Sétimo: A interposição de recursos protelatórios e impugnações ao Edital por pessoas físicas ou jurídicas que visem tumultuar e/ou retardar o processo licitatório, incidirá nas penalidades do artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, com consequente responsabilidade civil e criminal que o ato ensejar.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 55, VIII e IX, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Primeira: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 79, II da Lei nº 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 55, XI, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 097/2020.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 55, XII, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Terceira: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações, bem como a na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006.

Parágrafo único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO (Art. 55, XIII, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Quarta: Fica o contratado obrigado a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratante.

Parágrafo Único: Todas as responsabilidades civis, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais referentes ao objeto correrão à conta do CONTRATADO.



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

DO FORO (Art. 55, § 2º, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro da Comarca de Rio Negro/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 13 de outubro de 2020.

JOÃO OSMAR MENDES - Município de Piên/PR
CONTRATANTE

MAW COMÉRCIO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: JHENNEFER LORRAINNY SANTOS ALCALDE _____

Nome: MARINA ROSVITA PASIERPSKI MARINHO _____